

---

**Ano Letivo** 2022-23

---

**Unidade Curricular** DIREITO DO TURISMO

---

**Cursos** TURISMO (1.º ciclo)

---

**Unidade Orgânica** Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo

---

**Código da Unidade Curricular** 14161231

---

**Área Científica** DIREITO

---

**Sigla** DIR

---

**Código CNAEF (3 dígitos)**  
380

---

**Contributo para os Objetivos de  
Desenvolvimento Sustentável - 4; 10;16  
ODS (Indicar até 3 objetivos)**

---

**Línguas de Aprendizagem**  
Português-PT.

**Modalidade de ensino**

Presencial

**Docente Responsável**

João Carlos de Almeida Vidal

| DOCENTE                      | TIPO DE AULA | TURMAS   | TOTAL HORAS DE CONTACTO (*) |
|------------------------------|--------------|----------|-----------------------------|
| João Carlos de Almeida Vidal | OT; TP       | TP1; OT1 | 42TP; 3OT                   |

\* Para turmas lecionadas conjuntamente, apenas é contabilizada a carga horária de uma delas.

| ANO | PERÍODO DE FUNCIONAMENTO* | HORAS DE CONTACTO | HORAS TOTAIS DE TRABALHO | ECTS |
|-----|---------------------------|-------------------|--------------------------|------|
| 2º  | S2                        | 42TP; 3OT         | 140                      | 5    |

\* A-Anual;S-Semestral;Q-Quadrimestral;T-Trimestral

**Precedências**

Sem precedências

**Conhecimentos Prévios recomendados**

Noções básicas de Direito.

**Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências)**

Identificar, compreender e praticar os elementos e instrumentos basilares do sistema jurídico português para permitir a abordagem cientificamente fundada de qualquer especialidade jurídica - em especial à relativa ao turismo.  
 Identificar, compreender e praticar o complexo normativo internacional e nacional português relativo ao turismo.  
 Compreender o específico mundo e *modus operandi* do Direito;  
 Reconhecer a importância prática que a interpretação e aplicação do Direito suscitam;  
 Identificar, compreender e praticar juridicamente o complexo de normas internacionais e portuguesas relativas ao turismo.  
 Reconhecer a que categoria jurídica pertence e como é que genericamente o Direito trata uma dada questão jurídica concreta;  
 Aplicar as normas jurídicas portuguesas e internacionais mais relevantes para as atividades profissionais no amplo setor do turismo.

## **Conteúdos programáticos**

### Parte I . Direito do Turismo

#### 1. Noções de Direito.

##### 1.1. Sistema jurídico.

##### 1.2. Fontes do Direito.

##### 1.3. Interpretação da lei.

##### 1.4. Quadro normativo do turismo.

#### 2. A Relação jurídica.

##### 2.1. Conceito e elementos.

##### 2.2. A relação jurídica no turismo.

#### 3. Os sujeitos no turismo.

##### 3.1. O empresário.

##### 3.2. O consumidor turístico.

##### 3.3. As Administrações turísticas.

#### 4. Contratos e responsabilidade civil

##### 4.1. Noção de contrato

##### 4.2. Vícios e invalidades dos contratos.

##### 4.3. Responsabilidade contratual e extracontratual.

### Parte II - Direito das empresas e atividades turísticas.

#### 1. Empreendimentos turísticos.

#### 2. Agências de viagens.

#### 3. Empresas de animação turística.

#### 4. O turismo colaborativo.

### **Metodologias de ensino (avaliação incluída)**

Atividade lectiva teórico-prática.

Interpretação dos contextos de interpretação e aplicação da lei.

Estudos de caso e resolução de hipóteses práticas.

- Componente de Avaliação por Frequência CAF (peso 40%) + Exame (peso 60%)

- Avaliação da CAF= 2 Testes (50%) cada. Alternativamente a um dos testes, poderá ser realizada outra forma de avaliação (ex: trabalho de grupo).

- Admissão a exame de época normal: CAF  $\geq$  6 valores

- Dispensa de exame: CAF  $\geq$  12 valores

- Caso seja favorável ao aluno, a nota de exame de época normal pondera com a CAF para o cálculo da nota de admissão a exames posteriores durante o ano letivo de obtenção da CAF.

- Na época especial de conclusão de curso ou de melhoria de classificação, o resultado do exame corresponde a 100% da nota da UC.

- O aluno pode utilizar a CAF obtida no ano letivo anterior na UC, mediante solicitação prévia, por escrito, ao docente.

---

### **Bibliografia principal**

Machado, V. (2005). A regulação jurídica dos territórios turísticos - Portugal e estudos de caso internacionais. in: Revista Turismo e Desenvolvimento, vol. II (1), p. 81-94.

Machado, V. (2010). Direito e Turismo como instrumentos de poder. Os Territórios turísticos, Editorial Novembro, Santo Tirso.

Machado, V. (2015), Turismo, Direito e Democracia, Escolar Editora, Lisboa.

Miranda, M. (2010). O Contrato de viagem organizada, Almedina, Coimbra.

Patricio, M. (2016). Direito do Turismo e do Alojamento Turístico, Almedina, Coimbra

Pereira, M. N. (2014). Introdução ao Direito e às Obrigações, 4ª edição, Almedina, Coimbra.

Vieira, Iva (2016), Guia Prático de Direito Comercial, 4ª edição, Almedina, Coimbra.

---

**Academic Year** 2022-23

---

**Course unit** TOURISM LAW

---

**Courses** TOURISM

---

**Faculty / School** SCHOOL OF MANAGEMENT, HOSPITALITY AND TOURISM

---

**Main Scientific Area** LAW

---

**Acronym**

---

**CNAEF code (3 digits)** 380

---

**Contribution to Sustainable Development Goals - SGD (Designate up to 3 objectives)** 4;10;16

---

**Language of instruction** Portuguese-PT.

---

**Teaching/Learning modality** Presential

**Coordinating teacher** João Carlos de Almeida Vidal

| Teaching staff               | Type   | Classes  | Hours (*) |
|------------------------------|--------|----------|-----------|
| João Carlos de Almeida Vidal | OT; TP | TP1; OT1 | 42TP; 3OT |

\* For classes taught jointly, it is only accounted the workload of one.

| Contact hours | T | TP | PL | TC | S | E | OT | O | Total |
|---------------|---|----|----|----|---|---|----|---|-------|
|               | 0 | 42 | 0  | 0  | 0 | 0 | 3  | 0 | 140   |

T - Theoretical; TP - Theoretical and practical ; PL - Practical and laboratorial; TC - Field Work; S - Seminar; E - Training; OT - Tutorial; O - Other

#### Pre-requisites

no pre-requisites

#### Prior knowledge and skills

Basics of Law.

#### The students intended learning outcomes (knowledge, skills and competences)

Identify, understand and practice the basic elements and tools of the Portuguese legal system to allow the approach scientifically founded in any legal specialty - especially relating to tourism.

Identify, understand and practice the complex international and national normative Portuguese for tourism.

Understand the specific world and modus operandi of the law.

Recognize the practical importance that the interpretation and application of the law raise.

Identify, understand and practice legally complex international and national standards relating to overall tourism and hospitality industry in particular.

Recognize that the legal category belongs and how the law generally treats a given concrete legal issue.

Apply the most important Portuguese and international legal standards for professional activities in the overall tourism and hospitality industry in particular.

## Syllabus

### Part I - Tourism Law

1. Notions of Law.
  - 1.1. Juridical system.
  - 1.2. Sources of Law.
  - 1.3. Interpretation of the law.
  - 1.4. Regulatory framework for tourism.
2. The Legal Relationship.
  - 2.1. Concept and elements.
  - 2.2. The legal relationship in tourism.
3. Subjects in tourism.
  - 3.1. The entrepreneur.
  - 3.2. The tourist consumer.
  - 3.3. Tourist administrations.
4. Contracts and civil liability
  - 4.1. Concept of contract
  - 4.2. Vices and invalidity of contracts.
  - 4.3. Contractual and non-contractual liability.

### Part II - Business law and tourism activities.

1. Tourism accommodation.
2. Travel agencies.
3. Tourism entertainment companies.
4. Collaborative tourism.

### Teaching methodologies (including evaluation)

Theoretical and practical teaching activity.

Interpretation of contexts and application of the law.

Case studies and practical resolution in class hypotheses simulation contexts

- Continuous Assessment (CA) component (40%) + Exam (60%) The CA comprises: 1st test, 50%, 2st test, 50%, or alternatively, a test (50%), a group work or another form of evaluation (50%).

-Admission to the exam during the 'época normal' period: a final CA grade of  $\geq 6$  is needed.

- Students with a final CA grade of  $\geq 12$  are exempt from the exam.

- If favourable to the student, the exam mark from the 1st exam period calculated with the CA grade will be applied for admission to further exam periods during the same academic year.

- In the Special Exam Period for concluding the Course, or for improving the final classification, the exam weighting is 100%.

- The student may use the CA grade obtained in the previous academic year by applying in writing to the course unit teacher.

---

### Main Bibliography

Machado, V. (2005). A regulação jurídica dos territórios turísticos - Portugal e estudos de caso internacionais. in: Revista Turismo e Desenvolvimento, vol. II (1), p. 81-94.

Machado, V. (2010). Direito e Turismo como instrumentos de poder ? os Territórios turísticos, Editorial Novembro, Santo Tirso.

Machado, V. (2015), Turismo, Direito e Democracia, Escolar Editora, Lisboa.

Miranda, M. (2010). O Contrato de viagem organizada, Almedina, Coimbra.

Patrício, M. (2016), Direito do Turismo e do Alojamento turístico, Almedina, Coimbra.

Pereira, M. N. (2014). Introdução ao Direito e às Obrigações, 4ª edição, Almedina, Coimbra.

Vieira, I. (2016), Guia Prático do Direito Comercial, 4ª edição, Almedina, Coimbra.